



PR/DFL/SUCO/DECD/DICD/SECD
Presidência
Diretoria de Finanças e Logística
Superintendência de Compras
Departamento de Compras Diversas
Divisão de Compras Diversas
Serviço de Aquisições Diversas
Edital PG Mão de Obra Dedicada PG 91031/2025
EDRPAFD/SECD/3/2026 (Nº SEI! 0230902)

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DIVERSAS
DIVISÃO DE COMPRAS DIVERSAS
PROCESSO Nº 44129.001554/2025-10

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91031/2025

OBJETO: Contratação Integrada - *Full Facility Management*, de prestação de serviços de gestão da operação e manutenção das Facilities da Dataprev Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pelo período de 60 (sessenta) meses com cláusula de rescisão antecipada por parte da DATAPREV mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

ENVIO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 08 / 05 /2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10 :00 horas do dia 25 / 05 /2026

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

| |
|----------------------|
| <u>ÍNDICE</u> |
|----------------------|

1 – DO OBJETO

2 – DA PARTICIPAÇÃO

3 – DO CREDENCIAMENTO

4 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5 – DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7 – DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10 – DOS RECURSOS

11 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

12 – DA GARANTIA DO CONTRATO

13 – DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONTRATUAIS

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17 – DOS PRAZOS

18 – DO FORO

APENSO – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - APÊNDICES (DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS)

ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO III - ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

ANEXO V - TERMO DE SIGILO E PRIVACIDADE VINCULADO AO CONTRATO

ANEXO VI - TERMO DE SIGILO INDIVIDUAL

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91031/2025

PROCESSO Nº 44129.001554/2025-10

A **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência S.A. – DATAPREV**, por intermédio do pregoeiro e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local acima indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, no regime de execução por preço global, no modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, de acordo com as condições deste Edital e seus anexos.

O setor da Dataprev interessado no objeto da presente licitação é a **Divisão de Gestão de Ambientes RN – DGRN**.

Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital, bem como os preceitos do direito público, especialmente as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, na IN SEGES/ME nº 73/2022, na Lei Complementar nº 123/2006, no Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev e nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação Integrada - Full Facility Management - de prestação de serviços de gestão da operação e manutenção das *Facilities* da DATAPREV Rio Grande do Norte, conforme condições,

quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pelo período de 60 (sessenta) meses com cláusula de rescisão antecipada por parte da DATAPREV mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente será admitida a participação, nesta licitação, de empresas devidamente cadastradas no **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF** e que atenderem às demais condições constantes deste Edital e seus anexos.

2.2. Com vistas à aplicação do tratamento diferenciado e favorecido pela Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão incluir, em campo próprio do sistema eletrônico, a respectiva declaração desta condição.

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1. Em processo de recuperação judicial, cujo respectivo plano ainda não tenha sido concedido ou homologado judicialmente, nos termos da Lei nº 11.101/2005, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

2.3.2. Que estejam declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública ou com o direito de licitar e contratar suspenso com a Dataprev, mediante a consulta cumulativa aos seguintes cadastros:

2.3.2.1. SICAF;

2.3.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União - CGU (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

2.3.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

2.3.2.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União - CGU (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep);

2.3.2.5. Lista de Inabilitados e Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5>).

2.3.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

2.3.4. O procedimento disciplinado no **subitem 2.3.2.** poderá abranger outros cadastros instituídos por Lei ou Ato Normativo do Poder Público.

2.3.5. Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

2.3.6. Não poderá participar desta licitação todo aquele que se enquadrar no Art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no Art. 24 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev.

2.4. Será admitida a participação de empresas consorciadas, mediante ao atendimento das determinações contidas nos Artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e ainda aos seguintes requisitos:

2.4.1. Comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

2.4.2. Indicação da empresa-líder do consórcio, que, no caso de o consórcio ser o vencedor da licitação, será a responsável pelo(s) contrato(s) com a DATAPREV;

2.4.3. Apresentação de todos os documentos exigidos no **item 8** por parte de cada empresa consorciada, sendo permitido, para comprovação do **subitem 8.4**, o somatório dos valores apresentados pelas empresas consorciadas. Caso alguma empresa consorciada não atenda a qualquer das exigências do referido subitem, será a mesma considerada inabilitada, sem prejuízo do consórcio. Em ocorrendo a hipótese acima com a empresa-líder, estará caracterizada a desqualificação do consórcio, sendo o mesmo considerado inabilitado.

2.5. O(s) consórcio(s) compromissado(s) deverá(ão) observar ainda as seguintes normas:

2.5.1. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

2.5.2. Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

2.5.3. No caso de consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observando o disposto no **subitem 2.4.2** deste Edital;

2.5.4. A licitante vencedora da licitação será obrigada a promover, quando for o caso, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no **subitem 2.5.1**.

2.5.5. Cada empresa somente poderá concorrer com uma única proposta individual ou com uma única proposta em consórcio.

2.6. De modo a aumentar a competitividade do certame, conforme previsto no Art. 78 da Lei Federal nº 13.303/2016, será permitida a subcontratação parcial do objeto conforme descrito no **item 17 do Apenso - Termo de Referência**.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no “site” <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.2. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se previamente no SICAF (Art. 13, Inciso I da IN SEGES/ME nº 73/2022).

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. O licitante deverá responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 13, Inciso III da IN SEGES/ME nº 73/2022).

4.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão (Art. 13, Inciso IV da IN SEGES/ME nº 73/2022).

4.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação de chave de acesso e senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento do **preço total da proposta, em campo próprio, até as 10 :00 horas do dia 25 / 05 /2026, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e hora marcadas para abertura da sessão. (Art. 18, da IN SEGES/ME nº 73/2022).

4.4. Após a divulgação do Edital do Pregão Eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente, pelo sistema a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura do pregão.

4.4.1. Somente até o horário previsto para a abertura da sessão pública, os licitantes poderão excluir ou alterar o preço total da proposta no campo próprio.

4.5. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em forma de Declaração, enviada por meio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 18, § 2º da IN SEGES/ME nº 73/2022) e que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no Inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, que atende a cota de acessibilidade, prevista no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e de aprendizagem, fundamentada no Art. 429 da CLT.

4.5.1. A declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará às penas previstas no Código Penal Brasileiro, no que tange aos crimes de licitação e contratos administrativos.

4.6. A proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contados da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

4.6.1. Constar preço unitário, preço mensal e o preço total da proposta, em moeda corrente nacional (R\$), expresso em algarismos e por extenso, estando incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas, ressalvada a hipótese prevista no Art. 81, § 5º da Lei nº 13.303/2016 e Art. 120, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev.

4.6.1.1. Será obrigatório enviar junto com a proposta acima a **Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II)**, preenchida em modelo semelhante à planilha padrão da Dataprev com o detalhamento de todos os elementos que influem no custo operacional, estando incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas, inclusive a reserva mensal que será deduzida da fatura pela Dataprev para pagamento dos valores destinados a férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias, quando da ocorrência dos mesmos, conforme previsto no item 1.7, “b” do Anexo VII-B da IN MPDG nº 05/2017.

4.6.1.2. A unidade e a quantidade adotadas na **Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II)** não poderão ser modificadas.

4.6.1.3. Para efeito de elaboração da proposta, somente será admitida proposta com valores constantes de apenas 02 (duas) casas decimais, conforme **Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II)**.

4.6.2. Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste pregão.

4.6.3. Local de Prestação dos Serviços: Os serviços serão prestados nas dependências da Dataprev/RN conforme **item 04 do Termo de Referência (Apenso)** deste Edital.

4.6.4. Não serão considerados propostas ou lances relativos a quantidades inferiores às estabelecidas na **Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II)**.

4.6.5. Prazo de Vigência: O prazo contratual será de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da assinatura do respectivo Contrato/Pedido de Compras podendo ser rescindido pela Dataprev a qualquer tempo mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias (Art. 71 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 103 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev).

4.6.6. Serão permitidos o reajuste e a repactuação do valor do contrato, relativo ao objeto desta licitação, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra.

4.6.6.1. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

4.6.6.2. Caberá ao contratado a iniciativa de apresentar sua Planilha de Custos e Formação de Preços para fins de reajuste e repactuação, bem como as comprovações das variações ocorridas nos

valores dos itens, quando couber.

4.6.6.3. Os reajustes e as repactuações, que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

4.6.7. No item tributos da **Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II)**, a empresa deverá utilizar o percentual de acordo com a legislação ou regime tributário a que seja submetido.

4.6.8. O salário normativo e o auxílio alimentação da categoria profissional a serem utilizados para o preenchimento da **Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II)** deverão considerar a base territorial da execução do objeto a ser contratado e observar o limite mínimo orçado pela Dataprev, correspondente a soma do salário normativo e do auxílio alimentação, considerando as deduções legais, mensal estimada de cada profissional, que é

| RN | |
|--------------------------------------|--------------|
| Gerente Facility | R\$ 4.943,93 |
| Servente | R\$ 1.905,05 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | R\$ 1.905,05 |
| Recepcionista | R\$ 2.150,25 |
| Operador Técnico de Microinformática | R\$ 2.268,91 |

4.6.8.1. Caso a quantidade de horas ou de dias de trabalho mensal seja diferenciado para algum profissional, a **Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II)** deve ser preenchida com a soma do salário normativo e do auxílio alimentação de cada profissional, proporcional à quantidade de horas e dias mensais estimadas na contratação.

4.6.9. Durante a vigência contratual, deverão ser cumpridas todas as obrigações previstas nas convenções coletivas de trabalho das categorias envolvidas.

4.6.10. As microempresas e as empresas de pequeno porte, que estejam em condição de usufruir os benefícios previstos no Art. 42 e os demais da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar, no ato do lançamento das propostas no Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, no campo DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR, que são microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º, Incisos I e II, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.6.11. O não atendimento ao disposto no **subitem 4.6.10.** implicará renúncia ao direito de usufruir os benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6.12. A renúncia configurada na forma do subitem anterior igualará, para todos os efeitos desta licitação, a microempresa ou empresa de pequeno porte renunciantes aos outros participantes do certame que não desfrutam dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6.13. O licitante, optante pelo Simples Nacional, que venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o Art. 17, Inciso XII, o Art. 30, Inciso II e o Art. 31, Inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.6.14. O licitante contratado fica obrigado a apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional), à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no Art. 30, §1º, Inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.6.15. O disposto nos **subitens 4.6.13. e 4.6.14.** poderá ser dispensado se a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, instada a se manifestar a respeito da execução do objeto descrito no **item 01 do Termo de Referência (Apenso)**, deliberar pelo regular enquadramento no Simples Nacional da empresa que venha a ser contratada.

4.6.16. Em caso de omissão de qualquer prazo, fica estabelecida a prevalência dos prazos constantes neste Edital.

4.7. Não sendo prestada a Declaração de Elaboração Independente de Proposta estará caracterizado o indício de irregularidade, fato este que permitirá à Dataprev respeitando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa (Art. 5º, Inciso LV, Constituição Federal), promover eventual desclassificação e comunicação ao Ministério Público Federal (Código Penal – CP).

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances (Art. 18, § 6º, da IN SEGES/ME nº 73/2022).

4.9. Os documentos de habilitação dos licitantes convocados serão disponibilizados para acesso público após concluídos os procedimentos de que trata o § 7º do Art. 39, da IN SEGES/ME nº 73/2022.

4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.11. Declaração de responsabilidade exclusiva do vencedor sobre a quitação de todos os encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

5. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A partir das 10 : 00 horas do dia 25 / 05 /2026, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 91031/2025**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com a IN SEGES/ME nº 73/2022.

5.2. A partir do horário previsto acima, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Para efeito de lances, será considerado o preço total da proposta.

6.1.1.1. O preço máximo admitido do presente processo licitatório é sigiloso, nos termos do Art. 34 da Lei nº 13.303/2016 e no Art. 20 § 6º do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev. Após o final da etapa de negociação, será informado o valor estimado da contratação.

6.1.2. A Dataprev adotará nesta licitação o intervalo percentual de 1% (um por cento), entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.1.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.

6.2.1. Observado o **subitem 6.1.3.**, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos Arts. 33 e 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

6.2.2. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.2.3. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o **subitem 6.2.2.**, implicará a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.2.4. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.3. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte favorecidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

6.3.1. Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada, também, por uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.3.2. Ocorrendo empate, na forma do subitem anterior, será procedido da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes, que por ventura se enquadrem na hipótese do **subitem 6.3.1.**, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento) será realizado sorteio entre elas (Art. 44 e 45, Inciso III da Lei Complementar 123/2006).

d) No caso de sorteio, será observado o procedimento disposto na IN SEGES/MGI nº 79/2024, que estabelece que o sorteio será realizado em sessão própria, previamente informada aos licitantes, garantindo a transparência e publicidade do ato.

e) Permanecendo o empate, serão utilizados os critérios estabelecidos no Art. 55 da Lei nº 13.303/2016.

6.4. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

6.4.1. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.4.2. Após a etapa de que trata o **subitem 6.4.1.**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.3. No procedimento de que trata o **subitem 6.4.2.**, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.4.4. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o **subitem 6.4.2.**, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no **subitem 6.4.3.**

6.4.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos **subitens 6.4.2.** e **6.4.4.**, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, conforme disposto no § 2º, inciso I, do Art. 22 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

6.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da

sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.6. Quando não for possível a conclusão do certame durante a sessão pública, o pregoeiro suspenderá o pregão, divulgando, no “chat”, a data de reabertura para aceitação da(s) proposta(s) e habilitação do(s) licitante(s). Para uma eventual interposição de recursos, os licitantes deverão estar conectados.

6.7. Serão admitidos como válidos e originais os documentos eletrônicos emitidos por meio de comprovação da autoria do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar e da integridade de documentos em forma eletrônica, que utilizem certificados emitidos pela ICP-Brasil ou, excepcionalmente, pelo Gov.Br, respeitando-se os prazos e condições exigidos nos subitens **4.6.** e **4.10.** do Edital.

7. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1. Encerrada a etapa de lances, dever-se-á identificar a proposta mais bem classificada, que no caso de ocorrência de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021, os quais não prejudicarão a aplicação o Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2. O pregoeiro deverá examinar à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

7.2.1. A análise do menor preço implicará também na verificação dos preços ofertados de forma unitária, a luz dos valores constantes da estimativa de preço detalhada do objeto licitado que compõem a Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.3. O pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

7.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3.2. Caso o licitante aceite a contraproposta do pregoeiro, deverá encaminhar no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação que trata o **subitem 7.3.** (§ 4º do Art. 30 da IN SEGES/ME nº 73/2022).

7.4. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital (Art. 30 da IN SEGES/ME nº 73/2022).

7.5. Os seguintes documentos deverão ser entregues na fase de julgamento da proposta de preços do licitante:

7.5.1. Declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.5.2. Cópia da carta de registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara estar enquadrado;

7.5.3. Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.5.4. Declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº14.133/2021.

7.6. Identificada a proposta mais vantajosa, o pregoeiro verificará a sua conformidade, especialmente no que tange a sua exequibilidade, nos termos dos Art. 33 e 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022

7.7. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

7.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Na fase de habilitação e julgamento, o pregoeiro, quando da abertura da sessão pública, deverá informar no sistema o prazo para a verificação dos documentos de habilitação.

8.2. Para a habilitação do licitante, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a sua capacidade de realizar o objeto, além dos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

8.3. Os documentos exigidos para habilitação, apenas do licitante vencedor, que não estejam contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo pregoeiro, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

8.4. A empresa licitante deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta ajustada ao lance vencedor, para o período de 12 (doze) meses, mesmo quando o prazo do contrato for superior a este período, na data da apresentação da proposta, independente dos índices contábeis, por

ocasião da consulta ao SICAF.

8.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, favorecidas pela Lei Complementar nº 123/2006 e que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal, serão consideradas inicialmente habilitadas neste quesito, sendo-lhes assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do encerramento da fase de aceitação/habilitação, para regularização da documentação.

8.5.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 8.5.**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

8.6. Declaração da proponente de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubres e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, Inc. XXXIII, da Constituição Federal.

8.7. As declarações previstas nos **subitens 4.7.** e **8.6.** deste Edital deverão ser enviadas ao Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais no momento do envio da proposta do citado sítio, as quais só serão visualizadas e impressas pelo pregoeiro na fase final da etapa de lances. Também será necessário o envio ao sítio Compras Governamentais da Declaração constante do **subitem 4.5.** deste Edital, requisito obrigatório para participação no Pregão Eletrônico.

8.8. O licitante deverá apresentar declaração, sob pena de desclassificação, de que a sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (§ 1º do Art. 63 da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Comprovação de que o(s) Responsável(eis) Técnico(s) do licitante possui(e)m vínculo jurídico com a empresa licitante, através, por exemplo, de contrato de prestação de serviço, ou, no caso de empregado(s) pertencente(s) ao quadro de empregados da licitante, da GFIP do mês anterior ao da abertura da licitação, onde conste o nome do(s) referido(s) Responsável(eis) Técnico(s), bem como cópia autenticada da CTPS do(s) mesmo(s). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizado.

8.10. Deverão ser observados, também, os documentos de habilitação previstos no **item 14 do Termo de Referência (Apenso)** e no **Anexo I**.

8.11. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e quando necessário para apurar fatos existentes a época da abertura do certame; e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13. Quando necessária a realização de diligência, a sessão pública será suspensa e seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas

de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.14. A verificação da documentação de habilitação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.15. Mediante decisão fundamentada, registrada em ata e publicizada a todos, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a sua substância e a validade jurídica, na análise dos documentos de habilitação.

8.16. Serão disponibilizados para acesso ao público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória.

8.17. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos.

8.18. A não apresentação de qualquer dos documentos indicados neste item implicará a inabilitação do licitante.

9. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO AO EDITAL

9.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar os termos do Edital do Pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no **subitem 16.4.** do Edital, conforme previsto no Art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

9.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos.

9.1.2. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.1.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.1.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

9.2. Eventuais modificações no Edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico dos licitantes.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá o prazo para que o licitante possa registrar, de forma imediata, em campo próprio do sistema, sua intenção de recorrer.

10.1.1. O pregoeiro deverá informar no sistema a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer dos resultados da aceitação e da habilitação. Em cada etapa, será dado o prazo de, **no mínimo, 15 (quinze) minutos**.

10.2. A falta de manifestação na forma do **subitem 10.1.**, acarretará a preclusão do direito de recorrer, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.3. As razões do recurso de que trata o **subitem 10.1.** deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, em campo próprio do sistema, que será disponibilizado a todos os licitantes (Art. 40, § 1º da IN SEGES/ME nº 73/2022).

10.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, também em campo próprio do sistema (Art. 40, § 2º da IN SEGES/ME nº 73/2022).

10.5. O pregoeiro deverá comunicar tempestivamente no sistema qualquer postergação de prazo, de forma a não cercear o direito de recorrer do licitante.

10.6. É assegurada aos licitantes vista imediata ao processo com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

10.7. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (Art. 168 da Lei nº 14.133/2021).

11. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. Procedida a adjudicação e homologação pela autoridade superior, a empresa adjudicatária será convocada por e-mail para assinatura do Contrato/Pedido de Compras, devendo ser devolvido devidamente assinado no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.1. O pregoeiro fará a consulta ao Cadin, quando da convocação para assinatura do Contrato/Pedido de Compras e, havendo inscrição negativa da empresa, concederá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação acerca da inscrição, e apresentação, se for o caso, da comprovação de suspensão da execução.

11.1.1.1. A existência de registro no Cadin constitui fato impeditivo para celebração do Contrato/Pedido de Compras, nos termos do Art. 6º-A, da Lei nº 10.522/2002.

11.1.2. O prazo de devolução do Contrato/Pedido de Compras poderá ser prorrogado por uma vez,

por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Dataprev.

11.1.3. A assinatura do Contrato/Pedido de Compras deverá ser realizada por certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC), credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou, excepcionalmente, pelo Gov.br.

11.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato/Pedido de Compras no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

11.3. Expirado o prazo fixado no **subitem 11.1.**, a Dataprev poderá convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação, para os fins ali indicados, em igual prazo, ou revogar a licitação.

11.4. As proponentes convocadas na hipótese prevista no **subitem 11.3.** e após o transcorrido o prazo especificado no **subitem 4.6.2.**, não ficarão sujeitas às penalidades em caso de não aceitação das condições ali indicadas.

12. DA GARANTIA DO CONTRATO

12.1. Para assinatura do Contrato, o licitante vencedor deverá observar as condições constantes da **Minuta de Contrato (Anexo VII)** para este item, caso houver.

12.2. Caso haja, o contratado deverá apresentar ao Setor Financeiro da Dataprev, até o pagamento da primeira fatura, a garantia em uma das modalidades previstas no Art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 101 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev que conferirá e verificará a autenticidade do respectivo documento.

13. DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os serviços serão prestados em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, cobrados mediante documentação fiscal hábil e ratificados no Contrato/Pedido de Compras.

13.2. Será indispensável mencionar o número do Contrato/Pedido de Compras em toda a documentação referente ao serviço.

13.3. Não serão aceitos serviços que não tenham sido autorizados por Contrato/Pedido de Compras, ou que, por qualquer motivo, não estejam de acordo com os termos e condições estabelecidos, observando-se o disposto no **subitem 13.4.**

13.4. Todos os serviços prestados serão aceitos, em princípio, sob condição, sujeitando-se à inspeção de controle de qualidade. Caso seja detectado algum problema na prestação do serviço pelo Gestor do Contrato, será emitido laudo técnico desfavorável.

13.5. No caso de não aceitação do objeto, o contratado deverá sanar a irregularidade dentro do prazo que for estabelecido ou apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, cabendo à Dataprev a solução final e definitiva da questão.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A documentação de cobrança deverá ser enviada para a Unidade Central de Recebimento – UCR da Dataprev, conforme **item 11 do Termo de Referência (Apenso)**, dentro do horário comercial, após a medição dos serviços pelo Gestor que informará ao contratado o valor a ser cobrado, devendo indicar o número do Contrato/Pedido de Compras, observando o disposto no **item 13.** e nos **subitens 14.2. e 14.3.** deste Edital.

14.1.1. A Dataprev irá reter os valores referentes a IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, conforme tabela anexa à Instrução Normativa/RFB vigente. Caso o contratado esteja dispensado da retenção, por força de isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação específica, deverá ser destacada, no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a fundamentação legal da dispensa da retenção, conforme estabelece tal Instrução Normativa.

14.1.2. Além do disposto no item anterior, nos termos do Art.102 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev, os valores referentes a férias, 1/3 de férias previsto na Constituição, décimo terceiro salário, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de eventos futuros e incertos, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao contratado, devendo ser pagos pela Administração ao contratado na ocorrência do respectivo fato gerador.

14.1.3. As verbas discriminadas na forma do **subitem 14.1.2.** estão indicadas na “planilha reserva mensal” e serão liberadas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios da ocorrência dos fatos geradores e seus respectivos prazos de vencimento, observando as seguintes condições:

14.1.3.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao décimo terceiro salário, quando devido.

14.1.3.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato.

14.1.3.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao décimo terceiro salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato.

14.1.3.4. Parcialmente, quando do afastamento para licença maternidade das empregadas vinculadas ao contrato.

14.1.3.5. Parcialmente, quando da ocorrência de ausências legais dos empregados vinculados ao contrato.

14.1.3.6. Ao final da vigência do contrato, para pagamento das verbas rescisórias.

14.1.4. O total de valores a serem liberados pela Dataprev está limitado ao valor total provisionado, devendo o contratado complementá-los, caso o provisionado não seja suficiente para o atendimento

das obrigações trabalhistas dispostas no **subitem 14.1.2**.

14.1.5. Deverá ser informada na Nota Fiscal alíquota percentual e valor a ser retido à título de ISSQN, conforme Lei Complementar Federal nº 116.

14.1.6. O contratado deverá emitir Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura de Bens e Serviços, independentemente de ser isenta ou imune de tributação.

14.2. O Setor Financeiro da Dataprev efetuará o pagamento em até **15 (quinze) dias corridos**, após ter recebido a documentação fiscal da empresa (Nota Fiscal/Fatura), atestada pelo setor competente, desde que esteja acompanhada da cópia dos comprovantes de pagamento dos salários de seus empregados, relativos ao mês da última competência vencida, e ainda, cópia das Certidões emitidas pela Receita Federal do Brasil (Encargos Previdenciários, Dívida Ativa da União e Débitos Tributários), do CRF do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT ou a Certidão Positiva de Débito Trabalhista com Efeitos de Negativa, conforme Art. 58, I da Lei nº 13.303/2016 c/c Art. 642-A da CLT e da GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social), acompanhada da respectiva Relação de Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, conforme estabelece a Lei nº 8.212/1991 e demais legislação correlata, bem como as Certidões Estaduais e Municipais que demonstrem regularidade fiscal e trabalhista sempre que aplicável.

14.3. As faturas serão emitidas mensalmente, somente a partir do **1º (primeiro)** dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços.

14.4. Para fins de pagamento, serão deduzidos das faturas os valores correspondentes às eventuais multas referidas no **item 15 do Termo de Referência (Apenso)**, como também as constantes na **Minuta de Contrato (Anexo VII)**.

14.5. O pagamento será feito, preferencialmente, mediante crédito em conta bancária ou por meio de ordem bancária fatura com código de barra ou ordem bancária de crédito. O contratado deverá indicar no documento de cobrança a modalidade e os elementos de pagamento.

14.6. A Dataprev não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se de quaisquer consequências surgidas e responsabilizando o contratado por perdas e danos em decorrência de tais transações.

14.7. A Dataprev não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos referentes a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Edital e do Contrato/Pedido de Compras.

14.8. O contratado deverá destacar no documento de cobrança os valores relativos ao fornecimento de material e mão de obra, a fim de que a Dataprev possa proceder à retenção dos 11% (onze por cento) do valor relativo à mão de obra, nos termos do que estatui a Lei nº 8.212/1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711/1998, e demais normatizações do INSS.

14.9. A falta do destaque dos valores acima referidos na Nota Fiscal do contratado acarretará na retenção dos 11% (onze por cento) do valor bruto, por parte da Dataprev.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Dataprev será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde :

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14.10.1. A compensação financeira prevista nesta condição dar-se-á no mesmo ato da fatura em mora, desde que este atraso não tenha decorrido de fato de responsabilidade direta ou indireta do contratado.

14.11. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS dos empregados do contratado, ensejará a retenção no pagamento da fatura mensal pela Dataprev, mediante prévia comunicação do valor proporcional ao inadimplemento, até que situação seja regularizada.

14.11.1. Na hipótese de o contratado não realizar a quitação no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da prévia comunicação, a Dataprev poderá efetuar o recolhimento, se for o caso, ou pagamento das obrigações direto aos empregados que tenham participado de execução dos serviços objeto do contrato.

14.11.2. O sindicato representante da categoria dos trabalhadores deverá ser notificado para acompanhar o pagamento das verbas a que se refere o **subitem 14.11.1**.

14.12. O preço consignado no contrato do material poderá ser reajustado anualmente, desde que solicitado pelo contratado, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

14.13. O preço consignado no contrato da mão de obra poderá ser repactuado quando solicitado pelo contratado, observadas as regras estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONTRATUAIS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Dataprev, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

15.3. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas e publicadas no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

15.4. Deverão ser observadas, também, as sanções previstas no **item 15 do Termo de Referência (Apenso)**, como também as constantes da **Minuta de Contrato (Anexo VII)** deste Edital para este item, se for o caso.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.2. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório, poderá revogá-lo por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados (Art. 47 da IN SEGES/ME nº 73/2022).

16.2.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

16.2.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

16.3. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados por meio de solicitação feita para o e-mail: **licitacao.diversas@dataprev.gov.br**.

16.4. Qualquer pedido de impugnação e esclarecimento, em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos, deverá ser encaminhado ao Pregoeiro pelo e-mail: **licitacao.diversas@dataprev.gov.br**, o qual divulgará a resposta pelo Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

16.5. O contratado poderá aceitar a alteração das quantidades estabelecidas no Contrato/Pedido de Compra em até 25% (vinte e cinco), para mais ou menos, consoante o disposto no Art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 e Art. 118 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev.

16.6. O licitante vencedor deverá indicar o nome do representante legal da empresa para fins de assinatura do Contrato/Pedido de Compras, acompanhado de cópia do instrumento legal que lhe confere tais poderes.

16.6.1. Junto com o documento acima, o licitante deverá encaminhar uma cópia da respectiva cédula de identidade.

16.6.2. Impreterivelmente, deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato, até o 5º dia útil de cada mês, arquivo com o "Relatório de Colaboradores", contendo registro de todos os colaboradores terceirizados alocados na Dataprev. As coberturas eventuais não deverão constar do Relatório apresentado mensalmente e o preenchimento terá como base a folha de pagamento do mês anterior. O arquivo deverá estar no formato XLS (MS/Windows/Excel) ou ODS (LibreOffice Calc) e conter as seguintes informações: nome da contratada, nº do contrato, nome do empregado, cargo/atividade,

salário, CPF e UF de lotação.

16.6.3. Após formalização do contrato, até o 5º dia útil, o contratado deverá indicar o nome do preposto que irá representá-lo na execução do contrato.

16.7. O teor e a integridade dos documentos digitalizados e dos dados digitais enviados serão de responsabilidade do licitante, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. A Dataprev poderá exigir, a seu critério e em prazo estabelecido pelo pregoeiro, a apresentação do documento original ou de sua cópia autenticada.

16.8. É vedado que familiar de agente público da Dataprev, ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento, preste serviço nesta Empresa Pública Federal, observados os ditames e as exceções previstas no Decreto nº 7.203/2010.

16.9. Observar a disciplina da Lei nº 12.846/2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

16.10. Dar conhecimento do Código de Ética da Dataprev aos empregados do contratado que exerçam suas atividades nas dependências desta Empresa Pública Federal, a fim de garantir a fiel observância das regras e orientações contidas no referido código.

16.11. O Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev está disponível no Portal Dataprev na seguinte URL: <https://portal.dataprev.gov.br/acesso-informacao-licitacoes-e-contratos/regulamento-de-licitacoes-e-contratos-da-dataprev>.

16.12. A publicidade do conteúdo das propostas para composição do valor estimado será adiada até a abertura da fase de lances.

17. DOS PRAZOS

17.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

17.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horas de expediente na Dataprev.

17.3. Os horários estabelecidos neste Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18. DO FORO

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Adriana Maria Borges Pimentel
Departamento de Compras Diversas - DECD
Gerente Executiva

*** Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários indicados em seu corpo, estando automaticamente invalidadas as assinaturas realizadas por usuários não indicados explicitamente no corpo deste documento.**



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Maria Borges Pimentel, Gerente Executivo**, em 27/04/2026, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0230902** e o código CRC **4F295932**.

Referência: Processo nº 44129.001554/2025-10

SEI nº 0230902